

PROPOSTAS APROVADAS EM PLENÁRIO

EIXO TEMÁTICO I - Estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurando a participação das pessoas com deficiência:

Qtd	Propostas Aprovadas:
1	Dobrar o valor do Benefício de Prestação Continuada – BPC para as pessoas com deficiência em casos de calamidade pública e desastres naturais. Estabelecer prioridades dos atendimentos das famílias de pessoas com deficiência em caso de calamidade pública e desastres naturais
2	Promoção de espaços de diálogo e debate entre diferentes grupos de pessoas com deficiência, visando fortalecer a cooperação e ação conjunta para controle social.
3	Garantir a promoção de representatividade por meio de consultas públicas inclusivas em todas as fases das políticas públicas em andamento para assegurar a participação ativa das pessoas com deficiência.
4	Garantia da equiparação salarial das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
5	Criar programa de campanha a nível nacional contra o capacitismo e o etarismo.

EIXO TEMÁTICO II - Garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e avaliação biopsicossocial unificada:

Qtd	Propostas Aprovadas:
1	Reformulação junto ao CONTRAN para que as credenciais de estacionamento para PcD e idoso sejam por tempo indeterminado, salvo a pessoa com patologia temporária no caso da pessoa com deficiência.
2	Criação de uma rede digital nacional que contenha os dados e características das pessoas com deficiência em suas etapas de desenvolvimento, assim, ajudando no desenvolvimento do trabalho social, abraçando toda a faixa etária desde do ventre materno ao idoso.
3	Garantir nos 3 componentes da rede de cuidados a pessoa com deficiência, Centros Especializados em Reabilitação – CER, a avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência com vista a garantia do acesso aos programas e projetos.



Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Secretaria de
Justiça, Direitos
Humanos e Cidadania



4	Que seja implantada a secretaria dos direitos da pessoa com deficiência no âmbito municipal e estadual. Para promover a garantia de direitos (sendo tbm fiscalizadora da acessibilidade da lei brasileira de inclusão e lei estadual) em que o gestor seja eleito pelo controle social.
5	Necessidade de incluir a carteira nacional de saúde os marcadores PcD. Criação de termos específicos para realização das avaliações a nível federal, estadual e municipal.

EIXO TEMÁTICO III - Financiamento da promoção de direitos da pessoa com deficiência:

Qtd	Propostas Aprovadas:
1	Ao referencial legal: Obrigatoriedade da regularização dos Conselhos a nível Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência. Atuação efetiva do conselho estadual podendo atuar na fomentação de recursos para o Fundo Estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência.
2	Criar, estruturar e regulamentar o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência com dotação orçamentária em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão e fontes definidas (como por exemplo: multas das empresas que não cumprem as leis de cotas, multas de estacionamento irregular em vagas destinadas à pessoa com deficiência e multas por falta de acessibilidade no percentual de 10%), para promover autonomia, independência e participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, além do fortalecimento do controle social. A destinação dos recursos do referido deve estar claramente estabelecida na sua lei de criação.
3	Criação de políticas de captação de recursos. Exemplo: emendas parlamentares, programas de doação de pessoa física com dedução do imposto de renda, fundos perdidos.
4	Criação de banco de projetos voltados à pessoa com deficiência, que tem como finalidade dar visibilidade às OSC's possibilitando a captação de recursos financeiros públicos, privados e internacionais.
5	Criação de cartilha física, digital e acessível de controle social, que deverá conter todas as instruções para acompanhamento do investimento público, fontes de denúncia, destinação denúncia (carta de serviços dos órgãos).

EIXO TEMÁTICO IV - Cidadania e Acessibilidade:



Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Secretaria de
Justiça, Direitos
Humanos e Cidadania



Qtd	Propostas Aprovadas:
1	Cota de 10% dos candidatos de todos os cargos eletivos.
2	Criação da Delegacia em Defesa da Pessoa com Deficiência, em âmbito federal, nos moldes em que foi criado a delegacia da mulher.
3	Ampliação da Lei nº 8.899 de 1994 para todas as pessoas com deficiência, não apenas para o público PcD de baixa renda.
4	Crimes relacionados contra PcD ser imprescritível, sendo de caráter de discriminatório.
5	Criação de vilas paraolímpicas em âmbito estadual, federal e municipal.

EIXO TEMÁTICO V - Os desafios para a comunicação universal:

Qtd	Propostas Aprovadas:
1	Ofertar recursos para capacitação do atendimento e técnica sobre comunicação universal, incluindo cursos como: libras, braille, aba (método científico baseado em princípios do comportamento). Possibilitando uma comunicação sem interlocutor, sendo inclusivo as Pessoas com Deficiência, especialmente em público e coletivos.
2	Tornar obrigatória nos serviços públicos e privados audiodescrição e libras nas instituições, hospitais e órgãos públicos.
3	Ampliar a capacitação de cursos digitais no campo institucional e social para o atendimento de Pessoas com Deficiência.
4	Capacitação em comunicação inclusiva: propõe-se a criação de programas de capacitação em comunicação inclusiva voltados para profissionais de mídia, jornalistas, publicitários e comunicadores em geral, visando sensibilizar e preparar esses profissionais para abordar temas relacionados a deficiência de forma adequada e inclusiva em seus meios de comunicação.
5	Disponibilizar tecnologias assistivas para Pessoas com Deficiência para que tenham um melhor acesso à informação e desenvolverem o seu conhecimento.



Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Secretaria de
Justiça, Direitos
Humanos e Cidadania

